



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 155 - Junho 2010

NOSSA OPINIÃO

- [África: a Copa do Mundo e a realidade](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- [Brasil: caso de prova Juma- REDD na Amazônia](#)
- [Bolívia: hidrelétricas do Rio Madeira denunciadas perante o Tribunal Permanente dos Povos](#)
- [POSCO: ruim para a Índia, ruim para o Uruguai e ruim para o clima](#)
- [Papua Nova Guiné: Povos Indígenas perdem seus direitos para os investidores](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [O grupo francês Bolloré tenta intimidar os meios de comunicação que informam sobre práticas abusivas em suas plantações camaronesas](#)
- [Camarões: refutando dez mentiras sobre as plantações da Socapalm](#)
- [Uruguai: nova oportunidade para o necessário debate sobre o modelo florestal-celulósico](#)
- [Chile: engenheiros florestais denunciam impactos de empresa certificada pelo CERTFOR e pelo FSC](#)

EUROPA GLOBAL E SEUS TRATADOS DE "LIVRE" COMÉRCIO

- [Tratados de Livre Comércio com a União Européia na América Latina: um caminho para a perda de soberania e territórios](#)

COMÉRCIO DE CARBONO

- [Para que existe o comércio de carbono?](#)

NOSSA OPINIÃO

- África: a Copa do Mundo e a realidade

A cada quatro anos, milhões de pessoas do mundo inteiro tornam-se repentinamente fanáticos pelo futebol. Muitos de nós sabemos que o organizador – a FIFA- é uma enorme e corrupta máquina de fazer dinheiro. Também sabemos que o futebol é um grande negócio para um enorme número de corporações

transnacionais altamente destrutivas. E ainda sabemos que os jogadores de futebol, na maioria das vezes, são nada mais do que gladiadores modernos vendidos como mercadorias no mercado da FIFA.

Apesar disso tudo, a mágica do futebol nos faz grudar no televisor. A beleza do jogo e a arte exibida por alguns de seus jogadores está unida com uma rara qualidade no mundo de hoje: igualdade. Sem importar o poder político e econômico do país que representam, 11 homens jovens competem com outros 11 homens jovens em igualdade de condições. Dentro dos times, a colaboração entre os jogadores e seu treinador é essencial. As regras do jogo são as mesmas para os dois times e os árbitros são geralmente neutrais em suas cobranças.

Pela primeira vez a Copa do Mundo está acontecendo na África, o que é uma boa oportunidade para comparar futebol com realidade no continente.

Falar de igualdade nas relações entre a África e os poderes econômicos do mundo é uma brincadeira de mau gosto. As regras são impostas pela arbitragem (Sr. Banco Mundial, Sr. FMI, Sr. OMC e outros) para colaborar com os jogadores corporativos para que vençam os jogos. Os treinadores africanos -governos- têm sido subornados por seus oponentes, fazendo com que a colaboração entre os times fosse impossível. Do outro lado, os treinadores das corporações impõem mudanças nas regras quando seus times precisam disso. O jogo bonito não existe. O resultado do jogo é bem sabido com antecedência: as corporações transnacionais vencem facilmente à África.

Contrariamente ao futebol, em que os perdedores simplesmente ficam tristes por um tempo, o cenário Corporações - África está repleto de sofrimento humano: fome, morte, violência, despejo, falta de moradia, destruição ambiental. As riquezas do continente -florestas, minérios, petróleo- enriquecem o que já é rico enquanto empurram os povos africanos à pobreza absoluta. O "jogo" não é um jogo de jeito nenhum: é uma tragédia.

No entanto, pouco ou nada disso é informado pelos milhares de jornalistas presentes na África do Sul que estão cobrindo a Copa do Mundo. Tanto o país anfitrião quanto o resto do continente parece repleto de pessoas felizes vestidas com roupas coloridas que assopram as vuvuzelas, e apenas preocupados pelo sucesso ou fracasso de seus times no jogo bonito.

Mas a real África que sofre e é explorada é de fato bem visível para qualquer pessoa que quiser vê-la. E também são visíveis as comunidades, as organizações e os movimentos lutando contra tudo no jogo injusto que está sendo jogado contra o continente. Eles ficaram de fora da cobertura da Copa do Mundo mas, felizmente para o futuro da África, eles ainda estão aí e cada vez mais fortes. Torcemos por eles!

[início](#)

- Brasil: caso de prova Juma- REDD na Amazônia

Atualmente, a iniciativa de Redução de Emissões do Desflorestamento e Degradação Florestal (REDD) é um conjunto de propostas e alguns programas piloto. No entanto, está sendo fortemente impulsionada e a uma velocidade impressionante tanto dentro quanto fora das Nações Unidas com o intuito de incluir a captura de carbono por uma floresta na variedade de mecanismos para licenças e compensações de carbono.

Durante os últimos dois anos, têm proliferado propostas e planos nacionais para os projetos REDD envolvendo governos, organizações multilaterais, grandes ONGs e corporações. O Banco Mundial e governos do Norte como a Noruega, Austrália e Grã Bretanha criaram um significativo fundo de cerca de \$800 milhões para financiar os projetos REDD.

No Brasil, o Projeto da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, no sudeste do estado do Amazonas, no município de Novo Aripuanã, é o primeiro projeto brasileiro que envolve REDD e já recebeu o selo CCB (Padrões Clima, Comunidade, e Biodiversidade) no Brasil, emitida pela auditora alemã Tüv Süd.

O caso de prova REDD da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma abrange uma área florestal de 589.612 hectares e anuncia que irá evitar a degradação de 366.151 hectares de floresta tropical da área total e a emissão de 210.885.604 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera até 2050. O projeto promete remunerar às famílias locais para elas conservarem a floresta intocada.

O dinheiro para o projeto provém da ONG brasileira Fundação Amazonas Sustentável (ASF), que maneja a reserva com fundos doados pelo governo provincial, o banco privado Bradesco e a cadeia hoteleira multinacional Marriott International. Os hóspedes de todo o mundo são convidados a doar \$1 por cada diária para o fundo Juma como uma forma de compensar voluntariamente as emissões calculadas por sua estada no hotel- o site do hotel anuncia: "Dez dólares irão compensar o carbono durante suas próximas dez diárias nos hotéis Marriott e podem ser deduzidos para os contribuintes dos EUA" (1).

Outra fonte de financiamento para o projeto Juma é a venda potencial de créditos de carbono pelas emissões de CO₂ evitadas por não desflorestar a reserva no mercado de carbono da compensação de emissões, que conforme o projeto (2) está sendo desenvolvido em parceria com o Marriott International. Para uma corporação de grande porte como o Grupo Marriott Hotels, o projeto poderia ser muito útil como "maquiagem verde".

O projeto Juma alega que beneficia as comunidades locais com o pagamento direto através do programa "Bolsa Floresta"- destinado às 339 famílias que moram nas 35 comunidades da área, que serão remuneradas por protegerem a floresta com cerca de US\$ 28 por mês que serão transferidos a um cartão de crédito emitido em favor da mulher da família.

Um contrato assinado por cada chefe de família os obriga a não cortar nem queimar as árvores, o que será supervisionado com fiscalizações regulares. Caso haja

desmatamento, o governo suspende o pagamento.

O Center for Investigative Reporting- Frontline pretende ter sua própria perspectiva desse projeto que está sendo desenvolvido no mundo inteiro como uma forma modelo para deter o desmatamento tropical. Para isso, foi realizada uma visita de campo por Mark Schapiro (3) que revelou que os moradores, como Dalvina Almeida, precisam fazer uma viagem de ida e volta de dois dias de bote para receber seus 28 dólares mensais. O relatório cita o marido de Dalvina que diz, “Antes, nós plantávamos muito. Quando isso se tornou uma reserva, eles nos disseram que não poderíamos plantar mais na floresta. Todos nós assinamos o Bolsa Floresta. Mas com o Bolsa Floresta não posso sustentar minha família.”

O pagamento de US\$ 28 mensais representa US\$ 0,93 ao dia. Para uma família rural em média de 5 pessoas a renda per capita fica em US\$ 0,18 ao dia. Seria bom informar aos administradores do Projeto Juma e aos doadores que esse escasso pagamento está bem abaixo da linha de pobreza estimada pelo Banco Mundial que refere a pessoas que recebem menos de 1,25 dólares ao dia. Essa miséria torna-se escandalosa quando comparada com o pagamento mensal de US\$ 25.000 que recebe o diretor do Projeto Juma.

Adicionalmente, é importante salientar que as comunidades locais que obtiveram até agora seus meios de vida da floresta irão perder a maior parte desses recursos em decorrência da reserva do Juma.

Schapiro comenta em seu relatório que, “algumas famílias agricultoras perderam uma porção significativa de suas rendas quando foram solicitadas a mudar suas atividades de plantio de alimentos de florestas primárias a secundárias, e que o pagamento de \$25 do Bolsa Floresta não os compensa pela baixa na renda.”

O que faz piorar a situação é que a preservação dessas florestas irá permitir que os poluidores continuem emitindo carbono proveniente dos combustíveis fósseis. Isso significa que a inclusão da floresta Juma no mercado das emissões irá de fato contribuir à mudança climática, porque permitirá que as corporações poluidoras e os países ricos aleguem que estão “compensando” suas emissões de carbono ao conservarem uma parcela da floresta no Brasil. Se não fosse que o Banco Mundial apóia contundentemente o mercado das emissões, seus economistas definiriam o projeto Juma como uma situação em que todos perdem, tanto o clima quanto as comunidades. Obviamente isso não será feito.

(1) <https://www.marriott.com/green-brazilian-rainforest.mi>

(2) “The Juma Sustainable Development Reserve Project: Reducing Greenhouse Gas Emissions from Deforestation in the State of Amazonas, Brazil,” Project Design Document for validation at “Climate, Community & Biodiversity Alliance (CCBA),” 29/09/2008, http://unfccc.int/files/methods_science/redd/application/pdf/pdd_juma_reserve_red_project_v5.0.pdf

(3) “The Carbon Hunters,” Carbon Watch, relatório de Mark Schapiro, elaborado por Andres Cediél, <http://www.pbs.org/frontlineworld/stories/carbonwatch/2010/05/the-carbon-hunters.html>

- Bolívia: hidrelétricas do Rio Madeira denunciadas perante o Tribunal Permanente dos Povos

Em 14 e 15 de maio passados, celebrou-se em Madri, Espanha, a III Sessão do Tribunal Permanente dos Povos, uma atividade promovida pela Rede Birregional Europa-América Latina e o Caribe "Enlaçando Alternativas".

A rede, criada em 2004 é uma resposta às medidas neoliberais da política comercial da União Européia (UE) em sua busca por garantir o maior acesso possível de suas transnacionais aos mercados latino-americanos e caribenhos. A rede também vai em apoio das resistências populares latino-americanas e européias perante o avanço da expansão comercial européia.

Por sua vez, o Tribunal Permanente dos Povos (TPP), cuja constituição data de 1979, procura qualificar em termos jurídicos e fazer visíveis situações de violação massiva dos direitos humanos e dos povos que não achem reconhecimento nem resposta nas instâncias oficiais. O TPP está integrado por um amplo número de membros nomeados pela Fundación Lelio Basso por el Derecho y la Liberación de los Pueblos. Seus objetivos centrais são, de um lado, denunciar publicamente os crimes perpetrados pelas empresas transnacionais e os impactos de suas atividades sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e de outro, fazer visível a co-responsabilidade da UE nesse sentido, já que suas instituições e suas políticas favorecem o aumento do poder das companhias multinacionais.

No quadro das Cúpulas dos Povos -cúpulas alternativas às oficiais da UE e governos da região- a rede Enlaçando Alternativas e o Tribunal Permanente dos Povos (TPP) têm realizado sessões do tribunal sobre "Políticas Neoliberais e Transnacionais Européias na América Latina e o Caribe". Lá se expuseram violações aos direitos humanos, do trabalho e ambientais perpetradas por mais de 25 empresas transnacionais com base na União Européia e suas subsidiárias na América Latina e o Caribe inteiros.

Na III Sessão do TPP, as organizações Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Foro Boliviano de Medioambiente y Desarrollo (FOBOMADE) e o SETEM-Catalunya da Espanha promoveram ações contra as empresas GDF-SUEZ (França), Santander (Espanha) e Banif (Portugal) e os organismos internacionais que as apóiam, entre eles o FMI, o Banco Mundial e a Comunidade Européia, pela construção das usinas de Santo Antônio e Jirau em Porto Velho, capital de Rondônia, Brasil, a 10 quilômetros da fronteira com a Bolívia, sobre o rio Madeira, o segundo maior rio da Amazônia, que cobre perto de um quarto da Amazônia brasileira e chega aos territórios boliviano e peruano.

O Governo do Brasil concedeu unilateralmente a autorização ambiental para a construção das duas barragens em território brasileiro, sem consultar à Bolívia a respeito dos impactos que teria nesse país e negando-se a realizar estudos de impacto ambiental na Bolívia.

A demanda aponta que as usinas fazem parte de um complexo hidrelétrico que por sua vez integra os programas de interconexão de infra-estrutura da Iniciativa de

Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA).

O IIRSA é um plano que, patrocinado entre outros organismos pelo BID, procura através da construção de infra-estrutura de transporte terrestre, aéreo e fluvial; de oleodutos, gasodutos, hidrovias, portos marítimos e fluviais e redes elétricas e de fibra óptica em países da América do Sul, otimizar a eficiência dos fluxos internacionais de comércio e de exportação das empresas transnacionais, melhorando principalmente a conexão com os mercados da América do Norte e da Europa.

Conforme informação de Fobomade (1) a construção da usina Santo Antônio, que começou em agosto de 2008, é um investimento do Consórcio Santo Antônio Energia, que faz parte do consórcio Eletrobrás-Fumas (39%). O Banco Santander possui 10% de ações, como o Banco Banif; a CEMIG 10%; a Odebrecht 18,6% e a Andrade Gutierrez 12,4%.

A usina Jirau, iniciada em novembro de 2008, pertence ao Consórcio Energia Sustentável de Brasil (parte da GDF-Suez com 50,1%), a Eletrosul Centrais Elétricas SA. (20%), a Companhia HidroElétrica do São Francisco – Chesf (20%), e a Camargo Correa Investimentos em Infra-Estrutura SA (9,9%).

O Banco de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES) é o principal financiador do Complexo Madeira, mas também intervêm de maneira indireta o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As organizações sociais denunciaram perante o TPP que as barragens brasileiras de Jirau e Santo Antônio, em avançado estágio de execução, já provocam severos impactos e se prevê que provocarão mais, entre os que estão a expulsão de povos indígenas e camponeses de terrenos com processos de titulação consolidados; a inundação de vastas áreas de cultivo e áreas de coleta da castanha, fruto base da economia de indígenas e camponeses amazônicos do departamento de Pando e cujas condições de vida dependem inteiramente de que a floresta se mantenha intacta; impacto na flora e fauna nativas, perda de riqueza de peixes, interrupção do trânsito natural de peixes e golfinhos de rio -espécie endêmica dos municípios de Pando e Beni-; menor velocidade das águas, o que leva a uma menor oxigenação e aumento de temperatura; poluição das águas com mercúrio; aumento da malária, febre amarela, dengue e leishmaniose em decorrência da multiplicação de vetores de transmissão pelo aumento da imigração de trabalhadores temporais, mudanças na qualidade da água e a ampliação de corpos de água estagnados.

Outro recente estudo (2) conclui que a construção da barragem de Santo Antônio provocará um desmatamento massivo pelas obras em si e pela construção de rodovias e dutos relacionados; a morte de pelo menos 11 toneladas de peixes (algumas fontes mencionam 60 toneladas) e outros animais em decorrência das explosões diárias utilizadas nas obras; poluição de água e rompimento da estrutura social de comunidades indígenas.

O estudo identifica que "um dos impactos diretos e mais receados da construção das barragens em uma área relativamente plana como a Amazônia é o risco de

inundações e suas conseqüências da diminuição da produtividade dos solos agrícolas, danos à biodiversidade, poluição da água subterrânea e as conseqüências humanas (mortos, doenças, perdas econômicas, perdas de habitação).”

É por tudo isso que na III sessão do TPP em Madri, Fobomade, MAB e SETEM-Catalunya solicitaram ao Tribunal:

“1. Deter as violações dos direitos humanos e abusos das transnacionais e exigir ressarcimentos.

Isso supõe redigir nova jurisprudência internacional vinculadora no quadro das Nações Unidas que caracterize crimes ambientais e imponha sanções civis, administrativas e criminais aplicando a regra: "Quanto maior for o potencial de destruição e maior o risco para a preservação do ambiente, maior deve ser a responsabilidade".

2. NÃO ao duplo padrão, NÃO à dupla moral.

Que o Tribunal inste governos e instituições comunitárias à criação de padrões intergovernamentais globais sobre empresas e direitos humanos. Requer-se um quadro vinculador e obrigatório para estabelecer mecanismos efetivos de reclamação e responsabilização.

3. Que denunciem e promovam ações contra os crimes econômicos e o ecocídio.

Exigimos a promoção de ações contra as políticas comerciais da UE e de seus Estados e a arquitetura institucional que legitima a obtenção ilegítima de benefícios de transnacionais européias.

A União Européia deve ser imputada por crimes de lesa-humanidade tipificados no Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional.

Demandamos à UE por ecocídio, definido pelo Estado de Chiapas como "conduta dolosa consistente em causar um dano sério ao ambiente, pela emissão de poluentes, a realização de atividades de risco ou a afetação de recursos naturais."

O relatório de Henkjan Laats aponta também que a geração de energia através da água em barragens é considerada como uma fonte de energia renovável à medida que depois da construção de uma barragem não emite níveis significativos de gases de efeito estufa. No entanto, deve levar-se em conta que os níveis de CO2 mantêm-se altos e, além disso, há aumento da emissão de gás metano, especialmente pelas turbinas e vertedouros. O gás metano tem 25 vezes mais impacto sobre o aquecimento global por tonelada que o dióxido de carbono. Também estima-se que o desmatamento, os incêndios, o aumento da criação de gado e a construção de rodovias fazem com que a eletricidade das barragens hidrelétricas amazônicas não seja uma "energia limpa".

Em definitiva, as barragens hidrelétricas contribuem com o aquecimento global. Uma outra forma de ecocídio.

(1) "Caso de las hidroeléctricas en el río Madera presentado ante el TPP en Madrid", Servicio de Noticias Ambientales, <http://fobomade.org.bo/bsena/?p=479>

(2) "El Dilema Amazónico; 'la construcción de Mega-represas en el Río Madera'", Henkjan Laats, CEADDESC y PEC, Bolívia 2010, <http://www.riomadeiravivo.org/docs/dilamazonico.pdf>

início

- POSCO: ruim para a Índia, ruim para o Uruguai e ruim para o clima

Como já tínhamos informado em outubro de 2009, tanto na Índia quanto no Uruguai, a empresa siderúrgica coreana POSCO ganhou a possibilidade de ocupar territórios prezados para os moradores desses países.

Na Índia, a empresa POSCO obteve licenças para instalar uma usina siderúrgica e um porto e para realizar prospecções mineiras no estado oriental de Orissa em uma área que abrange 6.000 hectares de florestas prístinas, excelente terra agrícola e parte do litoral. Por sua vez, o governo uruguaio assinou um Acordo de Promoção e Proteção de Investimentos com o governo da Coréia através do qual é garantido todo tipo de apoio à empresa coreana POSCO para concretizar um "Projeto Florestal de Seqüestro de Carbono" (vide detalhes no Boletim Nº 147 do WRM: <http://www.wrm.org.uy/boletin/147/POSCO.html>)

Se o projeto ainda não foi desenvolvido na Índia é por causa da enorme resistência que desde o ano 2005 vêm realizando milhares de moradores que para sobreviverem dependem das florestas, da terra agrícola e do litoral que a empresa pretende destruir para levar a efeito seus negócios. Conforme notícias recentes, em decorrência da falta de resposta do governo e em protesto contra o que os moradores chamam de conspiração conjunta do governo central de Deli, o governo estadual e o presidente da Coréia do Sul, os moradores decidiram continuar com a "Assentada" (Dharna na língua local), um protesto pacífico que começou no dia 26 de janeiro de 2010 (que coincide com as comemorações do dia da República da Índia que teve o Presidente da Coréia como chefe máximo convidado). Já tinham passado 107 dias e noites em que mulheres, homens e crianças de famílias camponesas e pescadoras permaneciam sentados, quando decidiram fazer um apelo à solidariedade nacional e internacional já que não conseguiam gerar o mais mínimo sentido de responsabilidade com o povo por parte do governo que supostamente os representa.

Em um esforço desesperado por cumprir com a promessa feita à empresa de "acelerar os trabalhos para entregar as terras", no passado dia 11 de maio o governo enviou 25 pelotões militares fortemente armados que circundaram o local onde os moradores realizavam o protesto, ocuparam as escolas e se prepararam para reprimir... à população local desarmada. Nesse contexto, o movimento anti-POSCO fez um novo apelo urgente a participar da Semana da Resistência Maciça em solidariedade com os lutadores locais contra a gigante POSCO e a brutalidade do Estado.

"Em momento nenhum durante a luta de mais de cinco anos, o movimento anti-

POSCO realizou atividades violentas sendo pelo contrário um exemplo para o restante do país sobre como realizar uma luta democrática, baseada unicamente no apoio maciço de homens e mulheres comuns", esclarece o comunicado emitido pelo movimento. Apesar disso, no dia 15 de maio, a polícia de Orissa abriu fogo contra os manifestantes pacíficos que se mantiveram em defesa de suas terras e meios de vida. Esta ação do Estado foi condenada por várias organizações de direitos humanos e civis em todo o país e o mundo. Grupos defensores dos direitos das florestas tais como o Fórum Nacional de Povos das Florestas e Trabalhadores Florestais (NFFPFW) e a Campanha pela Sobrevivência e a Dignidade (CDS) condenaram essa brutalidade atroz e a tentativa desesperada de corporativizar os recursos naturais, onde mais de 50 pessoas foram gravemente feridas e muitas barracas e moradias foram incendiadas por policiais sedentos de sangue. Apesar de toda a violência desencadeada contra eles, e das balas que permanecem em seus corpos, os moradores locais continuam os protestos contra a aquisição de terras para a usina de aço e o porto que ficará cativo. Ainda estão lá porque lutam pelo direito a viver com liberdade e dignidade. Também porque isso não é apenas uma polêmica "sobre a aquisição de terras para o desenvolvimento" como foi manifestado pelo governo, senão porque o projeto POSCO é ilegal e não trará nenhum benefício para a população local. É ilegal porque viola os direitos consagrados na Lei de Florestas de 2006. Conforme essa lei, as terras florestais não podem ser entregues a ninguém até que 1) todos os direitos das pessoas sejam reconhecidos e 2) as pessoas dêem consentimento ao projeto. O governo central e o estadual não têm direito legal para entregar as terras à POSCO. Legalmente, isso é um roubo dos recursos naturais do país, por parte de uma multinacional. O que não costuma ser dito é que a POSCO está conseguindo uma grande quantidade de terra, água e milhões de toneladas de minério de ferro, e em troca não paga praticamente nada e vai deslocar aproximadamente 40.000 pessoas. Isso é o que o governo indiano considera "desenvolvimento".

No dia 22 de junho chegava ao fim o Memorando de Entendimento (MdE) entre a POSCO e o governo de Orissa, exatamente cinco anos depois de ter sido assinado. Este MdE, que basicamente restringe o papel do governo ao de mero "facilitador" para o projeto e uma agência para aquisição de terras, é pouco ético e não devia ter sido assinado em primeiro lugar. Cinco anos depois, e sendo testemunha da brutal repressão do estado à oposição local a este projeto e devido ao estado ter feito caso omissivo de suas próprias leis e políticas relativas aos direitos das florestas e a proteção do meio ambiente, a população local demanda que o MdE não seja renovado e solicita que seja assinada a petição disponível em <http://www.petitiononline.com/p210610/petition-sign.html> (em inglês).

Essa mesma empresa também desembarcou no Uruguai com um projeto de "desenvolvimento limpo", que implicará a plantação de monoculturas de árvores destinados a "compensar" emissões de dióxidos de carbono no contexto do (mal) chamado "Mecanismo de Desenvolvimento Limpo" (MDL) da Convenção sobre Mudança Climática de Nações Unidas. Como não podia faltar, a empresa garante que seu projeto significará "uma contribuição significativa para o desenvolvimento sustentável do Uruguai".

O mais triste é que o governo uruguaio acaba de dar luz verde ao projeto da

empresa POSCO, apesar do prolongado histórico de oposição às monoculturas de árvores neste país e da grande quantidade de informação documentada disponível referida a seus impactos sociais e ambientais. Para tal decisão também não foram levados em consideração o documento apresentado pela Rede de ONGs Ambientalistas e a Associação Uruguaia de ONGs junto ao Comitê Assessor do MDL no Uruguai, no qual são contra-arrestados um a um os argumentos usados pela empresa para justificar o suposto desenvolvimento associado a seu projeto e o fato de que tais organizações entendem “que o projeto não contribui ao desenvolvimento sustentável do Uruguai e não recomenda sua aprovação”. (Vide texto na íntegra deste documento em:)

No entanto, ainda mais grave é que o governo uruguaio não levou em consideração o nível de conflituosidade e repressão que a presença da POSCO causou na Índia durante os últimos 5 anos, que mostra claramente o verdadeiro caráter desta empresa, que agora pretende tomar conta de terras no Uruguai sob o disfarce do "desenvolvimento limpo".

Não respeitar o direito dos povos sobre suas terras e florestas na Índia, não levar em consideração os impactos sociais e ambientais já constatados que produzem as monoculturas de árvores no Uruguai não é bom para nenhum dos países e menos ainda para o clima.

Artigo elaborado com informação fornecida por: Mamata Dash, correio eletrônico: mamata68@gmail.com

[início](#)

- Papua Nova Guiné: Povos Indígenas perdem seus direitos para os investidores

Somos testemunhas de um processo global de expansão dos agronegócios e de apropriação de terras no Sul. Através de arrendamentos, concessões, inclusive compras, as corporações estrangeiras tomam conta de vastas áreas de terras agrícolas durante longos períodos para produzir alimentos básicos ou agrocombustíveis para a exportação. Estima-se que cerca de 1.000 grupos investidores apontam para mais de 50 países na Ásia, Oceania, África e América Latina (1).

Para que isso aconteça, são movidas grandes quantidades de dinheiro, acordos comerciais são fechados e são necessárias emendas legais para criar a infraestrutura que permita a apropriação privada de terras que em muitos países do Sul ainda estão manejadas pelas comunidades através de seus sistemas tradicionais.

Nesse contexto, a IRIN informou (2) que no dia 28 de maio o parlamento da Papua Nova Guiné emendou parte da Lei de Conservação e Meio Ambiente de 2000, que regula os principais projetos sobre recursos do país. As emendas outorgam, ao diretor do Departamento de Conservação e Meio Ambiente, amplos poderes para autorizar os planos ambientais apresentados pelos investidores. Tal autoridade é tão ampla que a decisão final do diretor “não pode ser questionada ou revista nos tribunais, exceto na instância de um Instrumento de Autorização”.

As emendas resultam em um amplo leque de implicações para os direitos de cerca de seis milhões de pessoas a respeito das terras e a proteção ambiental. Durante muitos anos, os moradores da Papua Nova Guiné podiam tanto individual quanto sob os direitos tradicionais proteger suas terras demandando ou reclamando compensações nos casos de danos ambientais. Agora, com as emendas, eles perderam tais direitos.

Os grupos indígenas da Papua Nova Guiné têm lutado há muito tempo por seus direitos ambientais e territoriais. Em 1997, 1989 e 1999 houve mortes de pessoas que fizeram frente às atividades mineradoras da Freeport-Rio Tinto nas minas de cobre de Bougainville e Ok Tedi (vide Boletim Nº7 do WRM). A IRIN informa que foram mortas mais de 5.000 pessoas nessa ocasião.

Além da mineração, as atividades de extração madeireira têm destruído ou degradado as florestas com impactos prejudiciais para os habitantes da floresta. E mais recentemente, acrescentou-se outra pressão sobre as florestas e os povos florestais: as plantações de dendezeiros em longa escala promovidas pelos empréstimos do Banco Mundial, que têm aumentado em um país onde 97% da terra é propriedade comunitária e a maior parte dos 5 milhões de habitantes ainda moram nas áreas rurais e dependem da agricultura de subsistência como meio de vida (vide Boletim Nº40 do WRM).

Nesse contexto, as emendas que despojam os moradores de seus direitos a proteger suas terras parecem convenientes bastante para a busca de novos territórios por parte das corporações.

Nós sabemos do alto custo disso: aumento da pobreza devido à destruição de meios de vida, concentração de terras e deslocamentos, perda da soberania alimentar das comunidades locais, mais emissões de carbono tanto do desmatamento quanto do agronegócio industrial. Esse é o alto custo da arquitetura comercial do mundo. Quem será responsável pela destruição?

(1) "Land grabbing and the global food crisis," GRAIN, novembro de 2009, http://www.grain.org/o_files/landgrabbing-presentation-11-2009.pdf

(2) "PAPUA NEW GUINEA: Indigenous people lose out on land rights," IRIN, <http://www.irinnews.org/PrintReport.aspx?ReportId=89322>

[início](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

– O grupo francês Bolloré tenta intimidar os meios de comunicação que informam sobre práticas abusivas em suas plantações camaronesas

A mídia no alvo

No último 6 de maio, o jornalista Benoît Collombat e dois responsáveis de Radio France foram condenados por difamação contra o grupo do empresário francês Vincent Bolloré. A reportagem pela qual foram incriminados, dava a palavra à sociedade civil camaronesa sobre as práticas da empresa nos setores ferroviário,

portuário e de plantações, todos eles privatizados em benefício de filiais do grupo Bolloré. Perante as acusações de exploração de trabalhadores, de colusão com o regime, de desmatamento e de poluição, nenhum responsável do grupo apareceu disposto a fazer declarações a tempo para que elas fossem incluídas na reportagem. O tribunal condenou os acusados a pagar uma multa de 1000 euros, mais uma por perdas e danos, especificando no entanto que a decisão se referia aos aspectos ferroviário e portuário mas não ao manejo das plantações.

Em 2 de julho próximo, teria sido a vez da fotógrafa independente Isabelle Alexandra Ricq de ser julgada por difamação. Vincent Bolloré tinha apresentado uma denúncia contra ela e dois responsáveis de Radio France, depois de uma entrevista de France Inter, na qual ela expôs os problemas que tinha podido constatar nas plantações de dendezeiros da Socapalm e seus arredores enquanto realizava uma reportagem gráfica (publicada em Le Monde Diplomatique e em Alternatives internationales, <http://www.isabellericq.fr/socapalm.html>). Convidada por Radio France a narrar sua experiência, descreveu as más condições de vida dos pigmeus Bagyeli, os problemas relacionados com o desmatamento e a falta de terras e a situação deplorável dos trabalhadores que, conforme comentou, "denominam-se a si mesmos escravos da Socapalm". No entanto, duas semanas antes da audiência, Bolloré preferiu retirar a denúncia, provavelmente por considerar que tinha poucas possibilidades de ter sucesso e que se expunha ao grave risco de que fosse revelada ao público sua atividade em Camarões.

Estratégia de intimidação

Haverá algo menos transparente que as operações produtivas e comerciais, as redes de influências ou as atividades de repressão dos grandes grupos empresariais? Enquanto as críticas se limitaram a publicações relativamente marginais, o grupo não considerou necessário reagir. Mas quando a rádio francesa estatal, Radio France, retransmitiu determinadas opiniões discordes, o grupo decidiu que já era suficiente e que devia "atacar" por sua vez, para que "servisse de exemplo", já que "como o grupo não se brinca", como disse o Sr. Dominique Lafont, o número dois da Bolloré S.A., durante o litígio contra a Collombat. O que acontece é que o grupo Bolloré tem virado muito consciente de sua imagem. "Na África, a Bolloré é uma empresa cidadã. [...] Nossa estratégia consiste em tirar o continente de seu isolamento" através de um "desenvolvimento sustentável", especificou o Sr. Lafont. Quanto às opiniões críticas, foram qualificadas de "miserabilistas e altermundialistas".

Cabe apontar que, na França, Bolloré dispõe de outros meios para influir em seu favor sobre a opinião pública. Efetivamente, é o principal acionista da gigante da publicidade Havas, sexto grupo de comunicação mundial e principal anunciante de numerosos meios de imprensa. Além disso, Bolloré é proprietário do canal Direct 8 e de dois jornais gratuitos, Direct Soir e Direct Matin Plus. É evidente que seus leitores não vão inteirar-se das críticas que recebem os negócios africanos de Vincent Bolloré, da convivência dos regimes locais, da aniquilação da resistência nas plantações ou da destruição relacionada com o oleoduto Chade-Camarões... Não, para o público em geral, toda a atividade desse grupo (uma das mais diversificadas do mercado) se resumirá em sua fachada mais apresentável, a do

Bluecar, um automóvel elétrico previsto para 2011, principal armadilha com a que conta Bolloré para atingir o "reposicionamento" ecológico de sua imagem.

Quem é Bolloré?

O grupo Bolloré aparece hoje entre os 500 mais importantes do mundo, com um volume de faturamento anual de mais de sete mil milhões de euros. Expandiu-se principalmente na África, onde está presente em 42 países. Vincent Bolloré -18º entre os mais ricos da França em 2009- construiu um império bem mais extenso do que as antigas colônias francesas. Apossou-se não apenas de plantações e serviços públicos africanos mas, principalmente, dos portos (seu negócio tradicional na África) e da indústria petroléira. O grupo não duvidou em trabalhar em estreita união com diferentes ditadores como Denis Sassou Nguesso, Omar Bongo ou Charles Taylor. Além disso, Bolloré é amigo do presidente Nicolas Sarkozy: ele viajou no iate do empresário depois de sua vitória na eleição presidencial e diz sobre ele que "honrava a economia francesa".

Graças à compra de antigas empresas coloniais e aproveitando a ondata de privatizações impostas pelos "ajustes estruturais" do FMI, Bolloré se tem transformado em um protagonista iniludível da estrutura econômica e da vida política de muitos países africanos. Seu controle de setores estratégicos e a transferência de porção de seus lucros africanos a paraísos fiscais como Luxemburgo ou as ilhas anglo-normandas lhe permitem dispor do capital financeiro que precisa para levar adiante seus negócios bolsistas e sua estratégia expansionista.

As plantações de Bolloré em Camarões

Camarões, antiga colônia francesa continua estando administrado por uma oligarquia que se ocupa mais com seus próprios interesses e os da França que os de interesse geral (conforme Transparency International, 2009, Camarões é o país mais corrupto da África subsaariana). Nesse contexto, muitos camaroneses consideram que o controle dos setores estratégicos pelas grandes empresas francesas é uma forma de neocolonialismo. Não é estranho ver dirigentes do grupo Bolloré pavonear-se em público com o presidente Paul Biya, sua mulher Chantal ou os principais funcionários governamentais. Para Pius Njawé, diretor do jornal Le Messenger, a ingerência do grupo Bolloré na vida política de Camarões é indubitável: "é uma espécie de Estado dentro do Estado. [...] um perfeito exemplo do que se chama de Françáfrica".

Em Camarões, o grupo Bolloré controla em particular imensas plantações de dendezeiros e de seringueiras, seja diretamente através da Safacam (que explora 8.400 hectares), ou indiretamente através da Socfinal (que administra 31.000 hectares), junto com as duas famílias do grupo Rivaud (retomado por Bolloré em 1995): os Fabri e os de Ribres. Bolloré possui perto de 40% das ações da Socfinal, um dos holdings de Rivaud que são cotados na bolsa de Luxemburgo. Uma de suas filiais, a Intercultures, dirige a Socapalm (Société Camerounaise de Palmeraies), a companhia envolvida nos dois litígios mencionados supra. No balanço da Socfinal, não menos de 45% dos lucros provêm da Socapalm. Esta última é o resultado de um programa governamental iniciado em 1963 com a ajuda do Banco Mundial. Em 2000 foi privatizada e passou a pertencer ao grupo.

A Socapalm é uma fonte de problemas sociais e ecológicos dramáticos, como foi denunciado pelo WRM (Boletins 112, 116 e 134 e Coleção do WRM sobre plantações Nº 13). Quando pertencia ao Estado, confiscou sem indenização terras que eram propriedade consuetudinária das populações locais; atualmente, continua expandindo-se em detrimento dos ecossistemas adjacentes, colocando assim em grave perigo a soberania alimentar dessas mesmas populações. Além disso, os produtos agroquímicos empregados para a monocultura e os resíduos vertidos por sua fábrica de Kienké poluem massivamente os cursos de água da área. Na plantação, as condições de vida e de trabalho são execráveis: barracas e latrinas coletivas insalubres, falta de água e eletricidade, trabalhos principalmente temporários com salários miseráveis, etc. Centenas de operários trabalham seis dias à semana, em alguns casos desde as 6 até a 18 horas, sem cobertura social nem proteção adequada, por aproximadamente 1,6 euros ao dia, sempre que as empreiteiras não se esqueçam de pagar-lhes. Perante esta situação têm havido múltiplas greves e protestos, mas quando surgiu em 2007 um movimento de resistência contra essas práticas, seu líder foi imediatamente detido pela polícia e as autoridades lhe disseram que "se continuava, iam matá-lo".

As plantações de Bolloré em outras partes do mundo

O grupo Bolloré, através da Socfinal, possui outras plantações de seringueiras e dendezeiros na África e na Ásia. Muitas delas originam problemas similares com os trabalhadores e os povos vizinhos. Na Libéria, por exemplo, a Socfinal é proprietária da maior plantação de seringueiras do país. Em maio de 2006, a Missão das Nações Unidas (UNMIL) publicou um relatório que descreve a situação terrível que prevalece nessa plantação quanto a direitos humanos: trabalho de crianças menores de 14 anos, recurso massivo à empreitada, uso de produtos cancerígenos, sindicatos amordaçados, demissões arbitrárias, manutenção da ordem por milícias privadas, desterro dos camponeses que obstaculizam a expansão da zona de exploração.

No Camboja, a situação não é muito melhor (ver boletim Nº 142 do WRM). Depois de duvidar durante meses, o governo outorgou uma concessão para plantação de seringueiras à Socfin KCD, companhia que pertence majoritariamente à Socfinal. Em dezembro de 2008 a pressão virou tão forte que centenas de camponeses do grupo étnico bunong se uniram para protestar contra a companhia que já tinha começado a roçar a floresta e os campos perto dos povoados. Os manifestantes danificaram e queimaram então veículos da empresa em sinal de protesta. Depois do incidente, aproximadamente um milhar de famílias de sete comunidades vizinhas declararam que a terra lhes pertencia, já que a tinham trabalhado por décadas e que seus direitos coletivos, como autóctones, estavam amparados pelo Código de Terras. Esses camponeses acusaram também às autoridades de favorecer à companhia, enquanto ela prometia empregos, hospitais, escolas e casas. A situação não se pacificou ainda.

Conclusão

O assunto dos impactos sociais e ecológicos dos grandes grupos industriais vira cada vez mais impenetrável, conforme salienta o último relatório de Jornalistas Sem Fronteiras titulado "Deforestación y contaminación: investigaciones de alto riesgo"

(Desmatamento e poluição: investigações de alto risco). A decisão do Tribunal de Paris de maio de 2010 é um mau presságio para a liberdade de imprensa: vai desanimar os jornalistas -e a sociedade civil em geral- a empreender investigações críticas e alentará as empresas a recorrer cada vez mais à via judicial para silenciar qualquer tentativa de colocar em claro suas práticas frequentemente escandalosas. Junto com outros grandes grupos como Wilmar ou Unilever, Bolloré aposta ao desenvolvimento dos agrocombustíveis, supostos substitutos "ecológicos" do petróleo. Acontecerá que, quantas mais razões haja para investigar a respeito dessas atividades, mais se tentará intimidar aqueles que queiram fazê-lo? Em qualquer caso, a verdade é que os industriais terão muito interesse em cortar de raiz as críticas e impedir que prosperem.

[início](#)

- Camarões: refutando dez mentiras sobre as plantações da Socapalm

Depois de o industrial francês Vincent Bolloré ter movido duas demandas contra a Rádio France, referidas em particular às plantações da Socopalm (Société Camerounaise de Palmeraies), a fotógrafa Isabelle Alexandra Ricq e o pesquisador Julien-François Gerber retomaram ponto por ponto as dez mentiras que costumam usar os defensores do empresário.

A Rádio France foi demandada por ter emitido dois programas que criticavam as plantações administradas pela Socapalm. Esta empresa pertence à Socfinal, da qual Bolloré possui cerca de 40% [vide artigo sobre o assunto neste boletim]. É legítimo dizer que as plantações da Socapalm trazem prosperidade e desenvolvimento às populações locais? E que o meio ambiente não foi radicalmente degradado ou poluído por causa da Socapalm? É possível afirmar que os trabalhadores exageram ao dizer que são escravos quando todos têm antenas parabólicas?

Em momentos em que o grupo Bolloré aponta sua artilharia contra os jornalistas que criticam suas atividades na África, esta análise mostra com documentos fidedignos que os argumentos da multinacional podem ser rebatidos um a um.

O documento completo está disponível em Francês em:
http://www.wrm.org.uy/countries/Cameroon/Dix_reponses.pdf

[início](#)

- Uruguai: nova oportunidade para o necessário debate sobre o modelo florestal-celulósico

Nos últimos anos, o Uruguai ficou conhecido em nível internacional pelo extenso conflito com a Argentina decorrente dos projetos de instalação de duas mega fábricas de celulose, sendo uma propriedade da finlandesa Botnia e a outra da espanhola Ence.

A história remonta ao ano 2002 quando o governo, continuando com sua política de

promoção do reflorestamento com monoculturas de árvores em grande escala, começa a incentivar os investimentos estrangeiros voltados para a fabricação de celulose no país. Aos benefícios que as empresas florestais já recebiam conforme a Lei Florestal de 1987 (subsídios, isenções impositivas, créditos brandos, construção de estradas, manutenção dos caminhos rurais afetados pelos pesados caminhões de toras, etc.) acrescentou-se a elaboração de Acordos de Proteção de Investimentos e a outorga de Zonas Francas onde instalar suas fábricas (livres de qualquer tributação criada ou que vier a ser criada).

Desse jeito, o reflorestamento com eucaliptos e pinheiros veio ocupando terras de pradarias, principal ecossistema do Uruguai, gerando graves impactos sociais e ambientais (deslocamento de população rural, impactos sobre a água e o solo, uso de terras aptas para pecuária e agricultura, impactos sobre a flora e a fauna, entre outros), que até agora não foram estudados seriamente por parte dos sucessivos governos que têm promovido esse modelo florestal-celulósico. Isso levou a um processo de concentração da terra nas mãos de empresas transnacionais, e assim a UPM- Botnia (Finlândia), a Weyerhaeuser (Estados Unidos) e a Montes Del Plata (Suécia-Finlândia- Chile) são donas de 600.000 hectares.

A aprovação das fábricas da Ence e Botnia sobre o rio Uruguai que é partilhado com a Argentina originou um conflito que teve como uma das expressões mais radicais o prolongado bloqueio de passagem na ponte internacional San Martín por parte da Assembléia Ambiental de Gualeguaychú (que implicou a mobilização de milhares de cidadãos argentinos). Esta ação chegou a envolver o governo argentino nas reclamações contra a instalação desses empreendimentos, e como não houve acordo com o governo uruguaio, apresentou o caso na Corte Internacional de Justiça de Haia.

Com o decorrer do tempo, a Ence optou por realocar-se mais ao sul sobre o Rio de la Plata e após a crise financeira internacional vendeu em 2009 seus ativos a Montes Del Plata (consórcio sueco- finlandês- chileno). Apesar da grande oposição manifestada desde a Argentina contra a instalação da fábrica, a Botnia continuou mesmo assim com seu projeto e a fábrica começou a funcionar em novembro de 2007.

Conforme um comunicado do grupo uruguaio Guayubira, “a partir do bloqueio da ponte internacional, a conflituosidade atingiu um ponto em que se perdeu o foco real de atenção e de necessário debate. Passamos de analisar se a instalação de uma fábrica dessas características era benéfica ou não para o país a um duro confronto entre uruguaios e argentinos onde o nacionalismo exacerbado não deixou lugar para a análise e impediu perguntas fundamentais para nosso futuro como país, tais como: foi bom para o Uruguai o fato de ter se aberto a um investimento estrangeiro como este, que implica continuar exportando matéria-prima e ainda em condições de zona franca? Os benefícios recebidos justificam a mega fábrica que hoje está funcionando em Fray Bentos e as centenas de milhares de hectares de eucaliptos que hoje ocupam nossos campos?”

Para Guayubirá, “este empreendimento implica não apenas o funcionamento de uma fábrica de celulose de dimensões nunca vistas em nosso país até agora- que conforme a própria empresa consome 86 milhões de litros de água ao dia e usa

400 toneladas diárias de produtos químicos- como também o uso de milhares de hectares de terra destinados à plantação de monoculturas de eucaliptos em grande escala".

Além de todos os conflitos provocados por esta empresa transnacional é preciso acrescentar que após dois anos de funcionamento não há indícios dos benefícios prometidos. Guayubira lembra que, "as entrevistas e foros de apresentação realizados pela empresa Botnia se centraram em divulgar os benefícios que trariam para o país e seu povo se a instalação fosse aprovada. Uma das principais promessas- visando o apoio social e político- foi a de geração de milhares de postos de trabalho". Após dois anos de funcionamento da fábrica, o departamento de Rio Negro, onde está localizada a fábrica de celulose e um dos mais reflorestados do Uruguai, é o departamento com maior desemprego do país e com os níveis mais altos de violência doméstica.

Em março de 2010, José Mujica toma posse da presidência do Uruguai e tem vários encontros com seus pares argentinos tentando reatar os vínculos; isso gerou as condições para que a Assembléia Ambiental de Gualeguaychú decidisse levantar o bloqueio da estrada em troca de um monitoramento compartilhado da fábrica e da qualidade da água do rio Uruguai.

É a partir desta atitude- e sem a pressão de um conflito internacional, e com a fábrica de celulose já instalada- que o grupo Guayubira sai à opinião pública para reclamar que, "antes de continuar considerando a instalação de novas e maiores fábricas de celulose façamos um alto para analisarmos se a primeira e por enquanto a única fábrica que temos em nosso país resultou benéfica para a vida de uruguaios e uruguaias, do ponto de vista econômico, social e ambiental".

Artigo baseado em nota do Grupo Guayubira de 24 de junho de 2010, vide texto na íntegra em: <http://www.guayubira.org.uy/celulosa/evaluemos.html>

[início](#)

- Chile: engenheiros florestais denunciam impactos de empresa certificada pelo CERTFOR e pelo FSC

As plantações da Forestal Valdivia S.A., que pertence ao grupo ARAUCO, não apenas contam com a certificação CERTFOR Chile (avalizada pelo selo internacional PEFC), como também com a certificação FSC de Cadeia de Custódia (SGS-COC-005376).

De acordo com o expressado no site do CERTFOR, "Este padrão permite que os possuidores de florestas [leia plantações] demonstrem que o manejo aplicado cumpre com os requisitos de desempenho social, econômico e ambiental que os stakeholders (partes interessadas) relevantes demandam". O selo FSC garante por sua vez "o manejo ambientalmente adequado, socialmente benéfico e economicamente viável das florestas" [incluindo plantações].

O explicado anteriormente parece implicar uma dupla garantia para os

consumidores conscientes, que querem ter certeza de que os produtos que compram não tiveram impactos negativos sobre as pessoas ou o meio ambiente. No entanto, um comunicado de imprensa emitido recentemente pela Agrupação de Engenheiros Florestais pela Floresta Nativa (AIFBN) do Chile, questiona a validade dessa conclusão.

De fato, uma equipe de profissionais da Agrupação de Engenheiros Florestais pela Floresta Nativa realizou, a partir do ano 2008, uma sequência de vôos sobre as cordilheiras dos Andes e da Costa na Região dos Rios e no extremo norte da Região dos Lagos, com o objeto de avaliar o estado de conservação e a possível eliminação de áreas com florestas nativas.

A AIFBN informa que, "A partir da análise dessa informação foram agrupados os setores que evidenciaram cortes ilegais, detectando 23 ações irregulares em diferentes parcelas, que foram denunciadas diante da Corporação Nacional Florestal (CONAF) em julho do ano passado. Tal instância estatal respondeu à totalidade das denúncias apresentadas, nas quais foi verificado o descumprimento da legislação vigente em matéria florestal". Entre os principais infratores identificados no estúdio está a duplamente certificada Forestal Valdivia.

Consultado o engenheiro Cristián Frene (contato do mencionado comunicado de imprensa), ele opinou que "Se este monitoramento se repetisse nas regiões mais ao norte (Bío Bío, Maule e Araucanía), eu te garanto que o panorama seria bastante pior, mas infelizmente ninguém realiza esta tarefa nesses territórios".

Quanto à denúncia das ações da Forestal Valdivia no município de Lanco, o comunicado de imprensa da AIFBN salienta que, "os terrenos nos que se faz a colheita a tala rasa pela empresa mencionada fazem parte da montanha que providencia água a 5 comunidades que estão no município de Lanco, e afeta no mínimo 700 pessoas com a colheita de plantações e posterior queima de vegetação NATIVA existente, com químicos de alta toxicidade". Acrescenta-se a isso que "no setor norte da montanha... atualmente convivem 45 comunidades jurídicas mapuche com um total de 1.258 famílias mapuche conforme dados do recenseamento de 2002".

Tanto a constatação da destruição de floresta nativa quanto os graves impactos do manejo das plantações por parte da empresa levaram à Agrupação de Engenheiros Florestais pela Floresta Nativa a denunciar junto à Corporação Nacional Florestal, os gravíssimos descumprimentos ambientais da empresa Forestal Valdivia, pertencente ao Grupo Arauco, no município de Lanco, ao norte da região dos Rios".

O comunicado de imprensa acrescenta que tais descumprimentos "implicam também uma falta absoluta de consciência social, por não respeitar as fontes de água das comunidades mapuche da região. Desde fevereiro deste ano, a empresa envia empreiteiros para queimar a vegetação NATIVA existente com químicos de alta toxicidade. Estes químicos, quando aplicados sobre a vegetação, permanecem no solo e são levados pelas chuvas até os cursos de água, que abastecem centenas de famílias do município de Antilhue".

Onde estão, então, as garantias da CERTFOR quanto ao cumprimento dos

“requisitos de desempenho social, econômico e ambiental” e do FSC sobre o “manejo ambientalmente adequado e socialmente benéfico” das plantações? Pelos menos neste caso, a resposta parece ser bem clara: em um grande engano para o consumidor.

Artigo baseado em “Una historia de no respeto a los bosques nativos y la ley forestal”, maio 2010. Agrupação de Engenheiros Florestais pela Floresta Nativa (AIFBN). CONTATO: Engenheiro Cristian Frene cristianfrene@bosquenativo.cl
<http://www.ecoportal.net/content/view/full/93312>

[início](#)

EUROPA GLOBAL E SEUS TRATADOS DE "LIVRE" COMÉRCIO

- Tratados de Livre Comércio com a União Européia na América Latina: um caminho para a perda de soberania e territórios

Um conjunto de organizações sociais latino-americanas (1) reuniram-se em Montevideu para analisarem os Tratados de Livre Comércio (TLC) que a União Européia (UE) assinou em maio com a América Central, Colômbia e Peru. Tais TLC não só constituem uma grave ameaça para a soberania alimentar dos povos, as florestas e os principais ecossistemas da região- por exemplo, a pescaria artesanal-, como também irão agravar a mudança climática. As organizações alertaram que os países do Mercosul (2) correm os mesmos riscos após a decisão de reiniciar suas negociações com a UE em finais de junho.

Esses TLC fazem parte da estratégia denominada “Europa Global”, implementada pela EU desde 2006 para fortalecer suas grandes corporações transnacionais no mundo todo.

As análises setoriais dos impactos dos TLC demonstram que foi colocada em xeque a soberania alimentar e foi afetada a agricultura de pequena escala, a pescaria artesanal, as florestas e outros ecossistemas fundamentais, e agravarão a crise climática. Esses acordos comerciais da EU são igual de perigosos ou mais do que os assinados pelos Estados Unidos com Colômbia, Peru e América Central, e têm o mesmo objetivo: aprofundar a liberalização comercial sobre amplos setores estratégicos das economias latino-americanas, em benefício das empresas européias.

Alguns dos instrumentos nos TLC são a liberalização dos investimentos e do setor Serviços, a abertura do setor agrícola, a eliminação das travas (tarifárias ou não) às exportações, o fortalecimento dos Direitos de Propriedade Intelectual (patentes) e o livre acesso de fornecedores europeus às Compras Estatais.

Um dos exemplos mencionados na reunião foi o caso da recente invasão de laticínios europeus na Colômbia e as conseqüências letais que isso teve especialmente para os pequenos produtores colombianos. A União Européia tinha exigido para o setor lácteo a liberalização total de tarifas alfandegárias para volumes altos de leite em pó e queijos europeus. A nova normativa vigora também para o

Peru e os países centro-americanos. No caso da Costa Rica, por exemplo, a aceitação dessa disposição seria prejudicial para o setor “já que atualmente tem ‘importação zero’ de laticínios” (3)

“Estas medidas aumentarão a presença das grandes empresas no setor agrícola. A agricultura industrializada, com grande maquinário e uso de agrotóxicos será fortalecida além das patentes sobre as sementes em detrimento da agricultura familiar e camponesa. As políticas alimentares controladas pelo mercado internacional continuarão beneficiando empresas e prejudicando a soberania alimentar dos povos, suas possibilidades de determinar suas práticas alimentares locais e nacionais”, garantiram as agrupações sociais latino-americanas presentes no evento.

Também apontaram que os TLC incentivados pela UE incrementarão o impulso no Sul global da atividade extrativa madeireira, os agrocombustíveis, o agronegócio e a pecuária extensiva, as monoculturas de árvores, que arrasaram com florestas e outros ecossistemas importantes como as pradarias e deslocando comunidades locais, especialmente indígenas. A corrida europeia por aceder a todo tipo de recursos naturais e apropriar-se da biodiversidade, somada a essas atividades econômicas realizadas sem controle, ameaça acabar com as florestas remanescentes do continente.

As organizações sociais acrescentaram que a pequena pescaria artesanal, fundamental para a soberania alimentar e a alimentação dos povos, também está em perigo. As grandes empresas europeias já ocupam posições dominantes no setor pesqueiro e aquícola latino-americano, controlando o negócio de espécies como o camarão, o atum e a tilápia. Sua pesca de arrastão, totalmente insustentável, já é grave hoje e as medidas comerciais que defendem as corporações da pesca prejudicam as possibilidades dos pequenos pescadores, cuja pescaria é cada vez menor.

Finalmente, as agrupações latino-americanas apontaram que as condições impostas pela UE nas negociações reforçarão a implementação cada vez maior das falsas soluções para a mudança climática em nossos países: desenvolvimento de transgênicos, agrocombustíveis, projetos de Redução de Emissões por Desflorestamento e Degradação das Florestas nos países em desenvolvimento (REDD), bem como as plantações de árvores para captura e estocagem de carbono e as barragens. Essas medidas desviam a atenção do que é verdadeiramente necessário para enfrentar a crise do clima: que os países industrializados reduzam radicalmente suas emissões de gases de efeito estufa.

Esses acordos também são incompatíveis com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e com o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, porque não foram realizadas as consultas prévias às comunidades indígenas. Assim foi denunciado pela Coordenadora Andina de Organizações Indígenas (CAOI), que acrescentou que os governos da Colômbia e o Peru não informaram nada no decorrer de todo o processo de negociações.

“Os TLC que a UE impulsiona na América Latina são um passo além para a

segurança de suas empresas e do padrão de consumo abusivo de seus países. Os beneficiados em nossa região são uns poucos grupos de poder econômico e os prejudicados, nossos povos. Os parlamentos centro-americanos, da Colômbia e Peru e o MERCOSUL ainda têm a possibilidade de deter este grave avanço europeu contra nosso futuro como povos soberanos”, salientaram as organizações presentes em Montevideú.

(1) O Grupo Semillas da Colômbia, a Red Manglar do Equador, o Projeto Andino de Tecnologias Camponesas do Peru, o CEPEDDES do Brasil, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais e REDES-Amigos da Terra Uruguai.

(2) O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) está integrado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, enquanto Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Venezuela são estados associados ao bloco.

(3) Tomado de um dos documentos elaborados por REDES para este evento.

Artigo realizado com base na informação apurada por Redes- Amigos da Terra Uruguai. Os documentos podem ser solicitados a Jose Elosequi, correio eletrônico: jelosequi@gmail.com

[início](#)

COMÉRCIO DE CARBONO

- Para que existe o comércio de carbono?

Patrick Birley, o diretor executivo da European Climate Exchange (Bolsa europeia do clima), sabe algumas coisas sobre o mercado do carbono. Ele deveria saber. Ele alega que aproximadamente 95 por cento de todo o carbono comercializado no mundo é comercializado através de sua bolsa. Portanto, quando ele fala sobre os mercados de carbono, faríamos bem em escutá-lo

Eis aqui o que ele tem a dizer sobre o mercado de carbono: “Não reduz nem uma tonelada de carbono liberada na atmosfera. Não tem nada a fazer com isso. Trata-se do limite máximo. O limite máximo é o mecanismo que produz um volume menor no longo prazo do carbono que vai para a atmosfera.”

Esse não é o discurso de um anarquista, um antiglobalização, um antimercado. É o diretor do European Climate Exchange, que discursa na Irlanda em novembro de 2009 em um evento organizado pelo Instituto de Assuntos Europeus e Internacionais. Mas, se o mercado de carbono não reduz as emissões de carbono, para que é que ele serve?

Infelizmente, nesse ponto a apresentação de Birley foi um pouco imprecisa. “Há pessoas que estão ganhando e perdendo dinheiro,” ele explicou. Com certeza, ele é um dos que está ganhando dinheiro. Obviamente, eu sou uma empresa lucrativa que visa ter tantos benefícios para meus acionistas quanto for possível e não fico envergonhado por isso.”

Mas a comercialização de carbono não implica só ganhar dinheiro. Depois de repetir que sua empresa não faz nada para reduzir o volume de carbono liberado na

atmosfera, Birley disse "Estamos ajudando a aqueles que estão reduzindo suas emissões de carbono a lidar com os riscos associados."

Em um slide da apresentação intitulada "Quem é o mercado?" Birley lista quatro grupos: compensadores de compromisso, investidores, árbitros e especuladores. Alguém se lembra da crise decorrente do não pagamento das hipotecas? Não foi desencadeada justamente por esses grupos que fazem dinheiro lidando com o risco de outras pessoas com o dinheiro de outras pessoas?

No início deste ano, entrevistei [Jeff Horowitz](#), fundador da Avoided Deforestation Partners, uma organização com base nos EUA que está pressionando para que a compensação florestal seja incluída na legislação climática dos EUA. Perguntei a ele por que ele favorecia o mercado de créditos de carbono florestal quando eles não reduzem nem podiam reduzir as emissões. Em cinco longos parágrafos, a única resposta foi argumentar que "sem a capacidade de impulsionar compensações REDD confiáveis e ecologicamente fortes, as metas de redução atingíveis por aqueles que fazem as políticas seriam bem menores" Patrick Birley também espera que o mercado de carbono "fará com que a indústria seja mais capaz de aceitar uma redução mais escalonada em termos do limite."

No entanto, quando observamos o limite, há pouca ou nenhuma evidência que apóie esse argumento. Durante o fiasco das negociações sobre o clima das Nações Unidas em Copenhague no final do ano passado, os EUA e um punhado de outros países apresentaram ao mundo com o Acordo de Copenhague. O acordo menciona os projetos REDD, mas os redatores do acordo tomaram o já fraco limite do protocolo de Kioto e o chutaram tão cheio de buracos que ficou praticamente irreconhecível como limite. Uma análise feita pelo Potsdam Institute for Climate Impact Research publicado pelo *Journal Nature* em abril revelou que: "as promessas de redução atual em nível nacional conforme o Acordo de Copenhague não limitarão o aquecimento global a dois graus Celsius. De fato, implicam um aumento da temperatura global de mais de três graus Celsius neste século."

As indústrias poluidoras são, pelo menos às vezes, muito honestas sobre seus motivos para apoiar o mercado de carbono. A American Electric Power (AEP) é a empresa que mais queima carvão nos EUA. Em 2008, Diane Fitzgerald, diretora executiva de meio ambiente e segurança da AEP, explicou à *Time* magazine, "Nós vamos comparar as compensações florestais a projetos como a energia renovável, e nós deveremos tomar a melhor decisão em termos financeiros."

Um ano depois, Michael G. Morris, chefe executivo da AEP, disse ao *Washington Post*, "Quando o Greenpeace diz que a única razão pela qual a American Electric Power quer fazer isso é porque não quer fechar suas usinas de carvão, minha resposta é, 'Com certeza, porque nossas usinas oferecem a nossos clientes carvão rentável'" A indústria quer o mercado de carbono e por isso não tem que reduzir emissões. Ao mesmo tempo, a indústria poluidora pode aparentar que faz algo ao comprar créditos de carbono.

Espera-se que essa comercialização de uma mercadoria que ninguém pode ver gere um mercado de US\$3 trilhões até 2020. Isso se o mercado não colapsar completamente antes. A [fraude](#) de US\$ 7 bilhões que foi recentemente desvelado

na União Européia ilustra o potencial para o crime organizado envolvido. O comércio de carbono não reduzirá as emissões, mas permitirá que a indústria detenha a tecnologia poluidora.

Se nós pudéssemos ver reduções de emissões significativas, um fim para a exploração de novos combustíveis fósseis, um fim para novas usinas energéticas sem uso de carvão e uma mudança estrutural para a produção de energias renováveis talvez a comercialização de carbono seria algo secundário. Enquanto seja assim não podemos ver nenhuma dessas três coisas acontecendo e o comércio de carbono está ajudando a indústria a continuar com seus negócios como sempre. Para isso, e para ganhar dinheiro é que existe a comercialização de carbono.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)
